

Resumo da Revisão Ambiental e Social (RRAS)

Idioma original do documento: Inglês

Data de corte da revisão: 28/05/2020

1. Informações gerais sobre o projeto e escopo da Revisão do BID Invest

A CargoX (a “Empresa” ou o “Cliente”) talvez seja o maior *marketplace* de transporte rodoviário e corretor de fretes *on-line* do Brasil. A plataforma da empresa permite que os proprietários-operadores de caminhões façam uso da capacidade excedente e evitem viagens de retorno ociosas, melhorando assim a visibilidade do frete, reduzindo os custos de transporte, cortando o volume de emissões e aumentando a renda dos caminhoneiros. Com o crescimento da CargoX, ela prevê impactar positivamente milhares de caminhoneiros e pequenas e médias empresas (“PMEs”) em todo o Brasil e, possivelmente, na América Latina. Plataformas *on-line* como a CargoX se tornaram uma ferramenta crucial para a resiliência dos transportes no Brasil durante a crise causada pela emergência da COVID-19.

O processo de Devida Diligência Ambiental e Social (DDAS) foi feito de forma remota devido às restrições de viagem impostas pela pandemia do coronavírus. Abrangeu entrevistas virtuais e teleconferências com os principais representantes da empresa em abril de 2020. O processo propriamente dito também incluiu uma revisão das informações ambientais, sociais de saúde e de segurança pertinentes fornecidas pelo cliente e compreendeu a análise: i) das respostas do cliente a um questionário do BID Invest sobre aspectos ambientais e sociais; ii) o código de ética e os procedimentos operacionais da empresa; iii) a plataforma *on-line* para a capacitação dos funcionários da empresa e iv) a plataforma CARGOFORCE TMS¹ para entender como ela é capaz de fornecer informações em tempo real sobre o frete, os caminhoneiros, o CRUD (do original em inglês: Create, Read, Update and Delete) dos caminhões e o os dados resultantes da plataforma de *big data*.²

2. Classificação Ambiental e Social e Justificativa

Em conformidade com a Política de Sustentabilidade Ambiental e Social do BID Invest, o projeto foi classificado na categoria B (baixo risco) porque poderá gerar, entre outros, os seguintes impactos: i) acidentes de trânsito e emissões atmosféricas dos caminhões que prestam serviços por meio da plataforma; ii) falta de cobertura de saúde dos caminhoneiros que usam a plataforma (terceiros) e iii) riscos para a saúde e segurança da comunidade.

Esses impactos são considerados de baixa a média intensidade e podem ser mitigados por meio de medidas disponíveis e de implementação viável no contexto da operação proposta.

Os Padrões de Desempenho (“PD”) acionados pelo Projeto são: PD 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; PD 2: Condições de Emprego e Trabalho; PD 3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição e PD 4: Saúde e Segurança da Comunidade.

¹ O painel da CargoX para automatizar processos manuais.

² A plataforma de *big data* permite determinar a capacidade de transporte rodoviário em todo o Brasil para cada dia do ano, por tipo de caminhão, cidade e reboque, marca do caminhão e idade do caminhão, entre outros.

3. Contexto Ambiental e Social

Criada em 2013, a CargoX talvez seja o maior *marketplace* de transporte rodoviário e o único corretor de fretes *on-line* do Brasil. A empresa tem dois escritórios, um na cidade de São Paulo e outro em Catalão, no estado de Goiás. Conta com 390 trabalhadores diretos, quase 1,2 milhão de caminhoneiros ativos e cerca de 9 mil embarcadores ativos em sua rede, com a maioria usando a CargoX como sua única plataforma de entrega, o que torna a Empresa sua principal fonte de renda. Além disso, a Empresa visa a possibilidade de oferecer outros benefícios, como o acesso a preços com desconto no atacado para a compra de produtos como combustível e peças de caminhão, e o acesso a produtos bancários digitais e adiantamentos de caixa.

4. Riscos e Impactos Ambientais e Medidas de Mitigação e Compensação Propostas

4.1 Avaliação e Gestão de Riscos Socioambientais

4.1.a Sistema de Avaliação e Gestão Ambiental e Social

A Empresa cumpre toda a legislação nacional pertinente e também obteve todas as licenças e certificações necessárias para operar, entre elas a licença da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). Além disso, cumpre os requisitos do transporte de todos os produtos, como produtos de saúde,³ que exigem uma licença emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”). Todas as licenças estão em dia.

A Empresa cumpre a legislação local e implementou programas obrigatórios referentes à prevenção de riscos ambientais⁴ e à saúde ocupacional,⁵ revistos e atualizados anualmente. Contudo, para estar plenamente alinhada com o PS 1, a Empresa vai elaborar um Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS), que também conterà considerações sobre os caminhoneiros autônomos e de terceiros que prestam serviços por meio da plataforma da empresa.

4.1.b Política

A Empresa elaborou e adotou uma política de recursos humanos (RH)⁶ e um código de ética.⁷ Esses dois instrumentos se aplicam a seus colaboradores e regem a conduta e relações internas, bem como as relações com as partes interessadas externas, como: i) expedidores; ii) transportadoras; iii) mídia; iv) clientes e v) órgãos reguladores. Uma política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança será elaborada e passará a fazer parte do SGAS da empresa. A CargoX também está formulando políticas contra o suborno e a corrupção de acordo com a lei dos Estados Unidos sobre práticas de corrupção no exterior (conhecida como FCPA) e com a lei do Reino Unido sobre suborno (*Bribery Act*), além de uma política de consequências.

³ Resolução ANVISA RDC 16/2013 referente a boas práticas no transporte de produtos para a saúde.

⁴ Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

⁵ Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

⁶ Política de Gente e Gestão.

⁷ Código de Ética e Conduta, CARGOX, 2018.

4.1.c Identificação de Riscos e Impactos

A Empresa identificou alguns riscos para a segurança no transporte rodoviário. Assim, foram elaboradas instruções para o trabalho na forma de regras de transporte (que abrangem aspectos ambientais e sociais) e diretrizes de comunicação para assegurar a comunicação constante entre os motoristas e a Empresa durante as viagens. Além disso, para se cadastrar na plataforma, o caminhoneiro precisa preencher uma lista de verificação para confirmar a obtenção de todas as permissões da ANTT para a circulação de caminhões. Uma matriz de riscos e impactos será elaborada pela Empresa.

4.1.d Programas de Gestão

A empresa vai montar programas de gestão ambiental e social específicos para suas operações, nos quais serão incluídas considerações sobre terceiros (embarcadores e transportadores).

4.1.e Capacidade e Competência Organizacionais

A Empresa conta com uma área gestão de riscos, subordinada à Vice-Presidência de Vendas e Operações, que supervisiona os riscos operacionais da Empresa relacionados com o transporte de cargas. Além disso, dois funcionários da equipe de recursos humanos são responsáveis pelas questões internas de saúde e segurança. A empresa nomeará um responsável pela implementação, operação e manutenção do SGAS.

4.1.f Preparo e Resposta a Emergências

Embora haja uma apólice de seguro de frete para todos os caminhoneiros que usam a plataforma, cobrindo acidentes e outros danos materiais, a empresa não tem procedimentos documentados para a preparação e resposta a emergências. No caso de uma emergência, a companhia de seguros contratada pela empresa para cobrir o frete, auxilia o caminhoneiro e aciona a resposta a emergências. Não obstante o disposto acima, a empresa vai melhorar seus procedimentos de preparação e resposta a emergências.

4.1.g Monitoramento e Análise

A empresa já estabeleceu um procedimento de auditoria⁸ para verificar o cumprimento das políticas internas. No entanto, vai elaborar e adotar procedimentos específicos de acompanhamento da implementação do SGAS e da interação com as partes interessadas externas em questões ambientais, sociais e de segurança.

4.1.h Engajamento das Partes Interessadas

A Empresa vai formular um plano de engajamento das partes interessadas alinhado com o PD 1, com o objetivo de identificar as partes interessadas da empresa e os possíveis riscos e impactos adversos sobre essas partes.

⁸ CX_SGQ_006 – Procedimento de Auditoria Interna.

4.1.i Comunicações Externas e Mecanismos de Reclamação

A empresa tem um canal para questões relativas à ética,⁹ administrado por uma empresa terceirizada chamada ICTS, que assegura a confidencialidade das informações e o anonimato das reclamações. Esse canal também está disponível para todos os trabalhadores diretos e contratados.

A Empresa atualizará seu mecanismo de reclamações para torná-lo acessível a todas as partes interessadas externas.

4.2 Condições de Emprego e Trabalho

A política de RH da empresa, compatível com a legislação nacional, está disponível para todos os empregados por meio da “Oráculo”, uma plataforma interna da CargoX na nuvem. Entretanto, a empresa atualizará essa política para alinhá-la com o PS 2, incluindo diretrizes sobre idade mínima, salário mínimo, trabalho forçado, discriminação e liberdade de associação, entre outros aspectos.

Todos os trabalhadores recebem um contrato formal que estabelece seus direitos e condições de emprego (horas de trabalho, salário, horas extras, remuneração, tipos de contratos, frequência dos pagamentos, licença médica e licença-maternidade, e benefícios). Os salários pagos estão acima do salário mínimo nacional. A cada dois anos, todos os funcionários da empresa passam pelos exames médicos de rotina obrigatórios previstos na legislação e os novos trabalhadores fazem exames pré-admissionais. A empresa também estabelecerá indicadores-chave de desempenho (KPIs, pelas siglas em inglês) para acompanhar o desempenho relacionado com: i) rotatividade de pessoal; ii) absenteísmo; iii) capacitação e iv) satisfação dos empregados.

Além da relação com trabalhadores diretos, a empresa mantém dois tipos de relação de trabalho indireta: i) trabalhadores empregados por empresas transportadoras que detêm a própria frota e ii) proprietários-operadores autônomos¹⁰ (caminhoneiros que possuem caminhão próprio). No primeiro caso, os motoristas recebem de seu empregador os benefícios sociais usualmente concedidos a empregados no setor privado, enquanto, no segundo caso, os motoristas têm a cobertura previdenciária paga pelo governo, uma vez que existe uma lei¹¹ no Brasil que obriga os caminhoneiros autônomos a ter um seguro que cubra mortes, invalidez e assistência médica.¹²

Embora a CargoX não tenha um procedimento formal para registrar e investigar acidentes e “quase-acidentes”, todos os incidentes são devidamente investigados. Para prevenir incidentes de saúde e segurança ocupacionais, a Empresa: i) elaborou um manual de segurança para os motoristas; ii) fornece áudios de segurança; iii) tem a possibilidade de monitorar qualquer viagem se necessário e iv) bloqueia o uso da plataforma por motoristas com histórico de mau comportamento. Além disso, a Empresa visa oferecer alguns benefícios aos motoristas de caminhão (por meio de parcerias e colaborações com redes de postos de combustível selecionadas).

Para estar plenamente alinhada com o PD 2, a empresa vai: i) formular e adotar um plano de gestão da segurança e saúde ocupacionais para mitigar os possíveis riscos ambientais e sociais relacionados aos caminhoneiros, incluídas disposições acerca da importância de a) trabalhar um número razoável de

⁹ www.canaldeetica.com.br/cargox e 0800 721 5953.

¹⁰ Vídeos com o depoimento de transportadoras e caminhoneiros podem ser vistos em:

<https://www.youtube.com/watch?v=WirlsLHQiuc&t=1s> e <https://www.youtube.com/watch?v=286t8z-Gml4&t=25s>.

¹¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13103.htm.

¹² O cumprimento da lei é verificado pela ANTT como parte dos requisitos para o processo de registro. Isso pode ser consultado em: http://www.antt.gov.br/backend/galeria/arquivos/2020/01/31/Guia_do_RNTRC_para_os_Transportadores_v27.pdf.

horas diárias e ter tempo de descanso suficiente para evitar riscos para a saúde e segurança associados a horários de trabalho prolongados; b) usar equipamento de proteção individual adequado e c) não usar nem abusar de álcool e drogas; ii) reforçar seus procedimentos de saúde e segurança ocupacionais para identificar, avaliar e controlar os riscos para a saúde e segurança associados aos riscos do local de trabalho e incluir inspeções dos sistemas de prevenção de incêndio e combate a incêndios; iii) assegurar que todos os caminhoneiros que prestam serviços no âmbito da plataforma tenham a cobertura obrigatória das vítimas de acidentes de trânsito no Brasil¹³ atualizada e iv) proporcionar o acesso ao mecanismo de reclamação para que os caminhoneiros possam manifestar suas preocupações.

4.3 Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

Estima-se que os motoristas de caminhão no Brasil passam, em média, 59% do tempo com excesso de capacidade, rodando vazios ou procurando frete nas paradas de caminhões.¹⁴ No entanto, por meio da otimização das rotas e da consolidação de cargas,¹⁵ o número de caminhões necessários é otimizado, gerando uma redução das emissões de gases do efeito estufa e do congestionamento no trânsito causado pelas entregas. Atualmente, a rede previne a emissão de 13,4 milhões de toneladas de CO₂ por ano, o que equivale ao dobro do volume de emissões de CO₂ produzido pelo Uruguai em um ano (6,8 milhões de toneladas de CO₂).¹⁶

Para cumprir plenamente o PD 3, a empresa calculará o total das emissões equivalentes de CO₂ por ano como o resultado do número total de fretes (da atividade de corretagem).

No momento da DDAS, a empresa informou que os usuários da plataforma não transportam: i) materiais perigosos; ii) resíduos perigosos; iii) líquidos nem iv) combustível. Cumpre notar que, de acordo com a regulamentação ambiental local, caso seja necessário transportar esses tipos de carga, é preciso obter uma licença ambiental específica.

4.4 Saúde e Segurança da Comunidade

Os principais riscos para a saúde e segurança da comunidade estão associados a incidentes e acidentes de trânsito e à propagação de doenças infecciosas que possam ser transmitidas pelos usuários da plataforma que transportam cargas nas estradas de todo o país. Assim, a Empresa vai identificar, avaliar e mitigar esses riscos e incluí-los no plano de gestão da saúde e segurança ocupacionais detalhado no ponto 4.2.

5. Acesso Local à Documentação do Projeto

Informações sobre a Empresa podem ser acessadas em <https://cargox.com.br/>.

6. Plano de Ação Ambiental e Social (PAAS)

A tabela abaixo resume o conteúdo do Plano de Ação Ambiental e Social (PAAS):

¹³ Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

¹⁴ A empresa estima que, em média, os caminhoneiros percorram 10 mil km por mês e 59% desses quilômetros sejam percorridos com o caminhão vazio, ao passo que os caminhoneiros que usam o *marketplace* da CargoX trafegam com o caminhão vazio em 35% do total de suas viagens.

¹⁵ As transações no *marketplace on-line* aplicam as tecnologias de *Big data Analytics* e *Machine Learning* para melhorar constantemente o processo de combinação dos fretes com a capacidade de carga dos caminhões.

¹⁶ ESG-CARGOX – documento interno da empresa.

PROJETO CARGOX
Plano de Ação Ambiental e Social (PAAS)

nº	Aspecto	Medida	Produto/resultados	Data de cumprimento
PD 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais				
1.1	Sistema de avaliação e gestão ambiental e social	Elaborar e adotar um sistema de gestão ambiental e social (SGAS), para identificar, avaliar e gerenciar os riscos e impactos ambientais, sociais e de saúde e segurança ocupacionais da empresa, de acordo com os Padrões de Desempenho (PD) pertinentes, que também contemplará caminhoneiros autônomos e terceiros que prestem serviços por meio da plataforma.	1. Manual e procedimentos do sistema de gestão ambiental e social (SGAS) 2. Comprovação da adoção do manual.	1. 360 dias após a assinatura do acordo de subscrição. 2. Anualmente, por meio do Relatório de Conformidade Ambiental e Social (RCAS).
1.2	Política	Elaborar uma política de meio ambiente, saúde e segurança como parte do SGAS.	Política de meio ambiente, saúde e segurança.	360 dias após a assinatura do acordo de subscrição.
1.3	Identificação de riscos e impactos	Elaborar uma matriz de riscos e impactos.	Matriz de riscos e impactos.	360 dias após a assinatura do acordo de subscrição.
1.4	Programas de gestão	Montar programas de gestão ambiental e social específicos para suas operações, integrando considerações sobre terceiros (embarcadores e transportadores).	Programa de gestão ambiental e social.	360 dias após a assinatura do acordo de subscrição.
1.5	Capacidade e competência organizacionais	Nomear um responsável pela implementação, operação e manutenção do SGAS integrado.	Organograma da empresa, incluindo o novo cargo de diretor ambiental e social.	Antes da assinatura do acordo de subscrição.
1.6	Preparação e resposta a emergências	Implementar procedimentos de preparação e resposta a emergências, abrangendo as transportadoras e os motoristas de caminhão.	Plano de preparação e resposta a emergências.	360 dias após a assinatura do acordo de subscrição e, posteriormente, no Relatório de Conformidade Ambiental e Social (RCAS).
1.7	Monitoramento e análise	Elaborar procedimentos específicos para o acompanhamento da implementação do SGAS.	Plano de monitoramento ambiental e social.	Com cada RCAS.
1.8	Engajamento das partes interessadas	Formular um plano de envolvimento das partes interessadas alinhado com o PD 1, com o objetivo de identificar as partes interessadas da empresa e os possíveis riscos e impactos adversos sobre essas partes.	Plano de envolvimento das partes interessadas.	360 dias após a assinatura do acordo de subscrição.
1.9	Comunicações externas e mecanismo de reclamação	Elaborar um mecanismo de reclamação externo.	Mecanismo de reclamação externo.	360 dias após a assinatura do acordo de subscrição.
PD 2: Condições de Emprego e Trabalho				
2.1	Condições de trabalho e gestão da relação com os trabalhadores	Atualizar a política de RH de forma a alinhá-la com o PS 2, a fim de abordar aspectos como: idade mínima, salário mínimo, trabalho forçado, discriminação e liberdade de associação, entre outros.	Política de RH atualizada.	360 dias após a assinatura do acordo de subscrição.
2.2	Condições de trabalho e gestão da relação com os trabalhadores	Estabelecer indicadores-chave de desempenho para acompanhar o desempenho relacionado com: i) rotatividade de pessoal; ii) absenteísmo; iii) capacitação e iv) satisfação dos empregados.	Indicadores-chave (KPIs) de desempenho e periodicidade dos relatórios.	Com cada RCAS.
2.3	Proteção da Mão-de-Obra	Elaborar procedimentos de saúde e segurança ocupacionais para identificar, avaliar e controlar os riscos para a saúde e segurança associados a perigos no trabalho.	Procedimentos de saúde e segurança ocupacionais.	360 dias após a assinatura do acordo de subscrição.
2.4	Saúde e segurança ocupacionais	Fazer inspeções dos sistemas de combate a incêndios e das ações para a prevenção de incêndios.	1. Relatórios sobre a inspeção dos sistemas de combate a incêndios 2. Relatórios das simulações.	1. Com cada RCAS. 2. Com cada RCAS.

nº	Aspecto	Medida	Produto/resultados	Data de cumprimento
2.5	Trabalhadores terceirizados	Elaborar um plano de gestão da saúde e segurança ocupacionais para mitigar os possíveis riscos ambientais e sociais relacionados aos caminhoneiros, incluindo disposições destinadas à orientação dos caminhoneiros sobre a importância de: i) trabalhar um número razoável de horas diárias e ter tempo de descanso suficiente para evitar riscos para a saúde e segurança associados a horários de trabalho prolongados; ii) usar equipamento de proteção individual adequado e iii) não usar nem abusar de álcool e drogas.	<ol style="list-style-type: none"> Plano de gestão da saúde e segurança ocupacionais. Comprovação da capacitação dos motoristas de caminhão em aspectos ambientais e sociais. 	<ol style="list-style-type: none"> 360 dias após a assinatura do acordo de subscrição. 360 dias após a assinatura do acordo de subscrição e, posteriormente, no RCAS.
2.6	Trabalhadores terceirizados	Assegurar que todos os caminhoneiros que prestam serviços no âmbito da plataforma estejam em dia com a cobertura obrigatória do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).	Controle do DPVAT.	360 dias antes da assinatura do acordo de subscrição.
PD 3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição				
3.1	Prevenção da poluição	Calcular o volume total de emissões de equivalentes de CO ₂ por ano como resultado do número total de fretes transportados pelos caminhões que usam a plataforma (da atividade de corretagem).	Relatório das emissões de CO ₂ .	360 dias após a assinatura do acordo de subscrição e, posteriormente, no RCAS.
PD 4: Saúde e Segurança da Comunidade				
4.1	Saúde e segurança da comunidade	Identificar, avaliar e mitigar os riscos para a saúde e segurança associados a incidentes e acidentes de trânsito e à propagação de doenças infecciosas que possam ser transmitidas pelos usuários da plataforma que transportam cargas nas estradas de todo o país e incluí-los no plano de gestão da saúde e segurança ocupacionais (item 2.5).	Plano de gestão da saúde e segurança ocupacionais.	360 dias após a assinatura do acordo de subscrição.